

CONTO-REPORTAGEM: JORNALISMO, LITERATURA E INDÚSTRIA CULTURAL

SHORT STORY-REPORT: JOURNALISM, LITERATURE AND CULTURAL INDUSTRY

LEANDRO DE OLIVEIRA LOPES*

RESUMO: “Um dia no cais”, de João Antônio, foi publicado na revista *Realidade* sob a categorização de “conto-reportagem”. Tal designação nos faz supor a mistura, em texto, de dois diferentes gêneros textuais oriundos da literatura e do jornalismo: o conto e a reportagem. Pois a despeito de sua relação (ou não relação) com os gêneros canônicos aos quais faz referência, neste estudo abordamos a ligação existente entre o termo “conto-reportagem”, até então inédito no país, a revista *Realidade* – com suas características próprias – e a atuação e desenvolvimento de uma ainda incipiente indústria cultural brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: conto, reportagem, revista, indústria cultural brasileira.

ABSTRACT: “Um dia no cais”, by João Antônio, was firstly published in the magazine *Realidade* under the categorization of “short story-report”. This designation makes us suppose a mixture, in text, of two different textual genres originated from literature and journalism: the short story and the story-report. Despite its relation (or not relation) with the canonical genres to which it refers, in this study we approach the relation between the term “short story-report”, until then unpublished in the country, the magazine *Realidade* - with its own characteristics - and the performance and development of a still incipient Brazilian cultural industry.

KEYWORDS: short-tale, report, magazine, Brazilian cultural industry.

* Doutorando e mestre em Estudos de Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura da Universidade Federal de São Carlos (PPGLit/UFSCar).

“Um dia no cais”: corpo-a-corpo com a vida brasileira

“Um dia no cais” ocupa 16 páginas da edição de número 30 da revista *Realidade*, que foi às bancas em setembro de 1968 e trouxe consigo cinco anúncios publicitários de página inteira e uma incógnita à literatura e ao jornalismo: o que é o conto-reportagem? No momento de sua publicação, em sua página de abertura, o texto foi assim caracterizado pela revista e desde então é considerado inaugural dessa “híbrida” modalidade. Inaugural e, não obstante, muitas vezes também final, porque pesquisas brasileiras que relacionem, num mesmo termo de busca, “conto e reportagem”, serão direcionadas a João Antônio, *Realidade* e ao texto a que nos referimos. Quando republicado em livro, no *Malhação do Judas carioca* (1975), “Um dia no cais” também foi o único a ser assim chamado – o único conto-reportagem.¹

O texto, que trata de um dia na rotina do cais do porto de Santos (à época o maior da América Latina e um dos três maiores do mundo), se inicia “às cinco horas da manhã”, descrevendo bares, botequins e algumas personagens: “[...] recolhe cantores cabeludos dos cabarés, gente da polícia doqueira, marítima ou à paisana. E mistura viradores, safados, exploradores de mulheres, pedintes, vencedores de gasparinos, ladrões, malandros magros e sonados”, e vai se estender por um dia completo pela vida dessas personagens, representadas essencialmente por duas protagonistas: Odete Cadilaque e Rita Pavuna. As prostitutas são apresentadas já em confronto, numa das muitas brigas que aparentam ter ao longo do dia a dia e da vida, e vão duelando conforme correm as linhas.

Ninguém parece se importar com o que acontece com Rita e Odete. E então, mesmo a despeito delas, tudo no conto, do começo ao fim, aparenta seguir o seu curso natural; o dia surgiu quando os cabarés se apagaram, e terminou quando se acenderam de novo e as duas, representantes de uma classe do povo brasileiro, não aparentam ter nenhum poder de ação sobre sua realidade cotidiana e até existencial, seu lugar no mundo. E é sobre o desamparo desse povo que, em 1975, no mesmo *Malhação do Judas carioca*, João Antônio publicou o “Corpo-a-corpo com a vida”. Considerado por sua crítica especializada como uma espécie de manifesto literário, o ensaio dá destaque às suas mais importantes lutas, como: o povo protagonista de seus textos; a atuação da literatura

1 No *Malhação do Judas carioca* o texto é chamado “Cais”.

em favor desse povo; e a necessidade de aproximação do escritor brasileiro das “faixas da vida” esquecidas por ele (ANTÔNIO, 1975a, p. 143).

O caminho é claro e, também por isso, difícil – sem grandes mistérios e escolas. Um corpo-a-corpo com a vida brasileira. Uma literatura que se rale nos fatos e não que rele neles. Nisso, a sua principal missão – ser a estratificação da vida de um povo e participar da melhoria e da modificação desse povo. Corpo-a-corpo. A briga é essa. Ou nenhuma. (ibid., p. 146)

No texto essa postura é precedida por um ataque aos escritores que se preocupavam com o que João Antônio chamava de “acessório”, “complementar” e “supérfluo” (ibid., p. 143); manifestações que funcionam como um diagnóstico do problema que ele pretende enfrentar e que abrem caminho para que seja exposto o fato social como o principal motivo de ser da nossa literatura. Esse ataque se baseia no argumento de que grande parte dos escritores brasileiros está preocupada com a “forma, sob a denominação de um ‘ismo’ qualquer” (ibid., p. 143) em detrimento de nossa verdadeira realidade social. A crítica é direcionada aos escritores que, na opinião do autor, não escreviam com o propósito verdadeiro de um texto literário: trazer à luz nossas inconsistências sociais e contribuir no combate a elas. Nesse sentido, podemos dizer que o texto tem “evidente aspecto político, de intervenção ou marcação de posições no campo literário brasileiro, com o horizonte de influir, dentro de suas possibilidades e de sua arma específica – o texto –, na crítica, estudo, denúncia e desnudamento dos problemas nacionais” (SILVA, 2015, p. 2).

Para que a literatura fosse propositiva, então, o autor brasileiro precisaria estar diretamente ligado ao fato social. Assim, “[...] a literatura não pode ser apenas mola para se ganhar prêmios, empregos, facilidades imediatas e lances pragmáticos. Sendo um compromisso de caráter com a vida, o povo e a terra” (ANTÔNIO, 1975a, p. 145), como a seguir:

Não será o futebol o nosso maior traço de cultura, o mais nacional e o mais internacional; tão importante quanto o couro brasileiro ou o café of Brazil? A umbanda não será a nossa mais eloquente religião, tropical e desconcertante, luso-afro-tupiniquim por excelência, maldita e ingênua, malemolente e terrível, que gosta de sangue e gosta de flores? A desconhecida vida de nossas favelas,

local onde mais se canta e onde mais existe um espírito comunitário; a inédita vida industrial; os nossos subúrbios escondendo quase sempre setenta e cinco por cento de nossas populações urbanas; os nossos interiores – os nossos intestinos, enfim, onde estão em nossa literatura? (ibid., p. 146)

De modo geral a literatura de João Antônio sempre foi considerada como uma espécie de manifestação literária das camadas subalternas do povo brasileiro. Essa conceituação acabou por transformá-lo em um porta-voz das personagens consideradas marginalizadas, como as prostitutas; os mendigos; os jogadores de sinuca; os moleques de rua e outros que, por suas posições sociais, são imediatamente atrelados ao estrato social menos favorecido de nossa nação. “O elemento que mais me leva a acreditar em Malagueta, Perus e Bacanaço como coisa viva se arruma exatamente no fato de que vi meus jogadores de sinuca, viradores, vadios, vagabundos, merdunchos do ponto de vista deles mesmo. E não do escritor” (ibid., p. 150); e essa postura, conforme veremos adiante, será determinante para a “criação” do “conto-reportagem”.

Realidade e industrial cultural

A publicação de “Um dia no cais” (setembro de 1968) se dá em um momento em que o Brasil estava inserido em um contexto de ditadura militar.² A censura política, que incidia sobre todo tipo de material publicado, influía no processo criativo e, por conseguinte, alterava-o. “Sob o signo da censura toda a produção que conseguiu vir à luz já continha, inscrita em sua forma, elementos que visavam burlar o olhar agudo do censor” (PELLEGRINI, 1993, p. 2). A ditadura militar estremeceu a relação do governo com os jornalistas, que, “com a censura incidindo sobre as redações, [...] passaram do conhecimento das regras para divulgar notícias, imposto autoritariamente, a um estado em que sabiam o que não deveria ser noticiado” (JORGE; BARROS, 2011, p. 6).

2 Apesar de já amplamente debatida, a ditadura é uma “espécie de casa velha a que sempre se volta à procura de vestígios, resquícios e pistas talvez ainda mais reveladoras, apesar dos inúmeros inventários, balanços, mapeamentos e sínteses escritos depois” (PELLEGRINI, 2014, p. 151).

Pois quando em dezembro de 1968 o Ato Institucional número 5, AI-5, foi baixado, o governo do general Arthur da Costa e Silva infligia talvez o mais duro golpe a uma possível resistência ao regime. O decreto, que se sobrepunha à Constituição de 24 de janeiro de 1967, possibilitava, entre outras coisas, que se cassassem mandatos eletivos, suspendessem por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, proibisse participação ou manifestação em atividades de cunho político e estabelecia, ainda, que se poderiam “fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados” (ATO INSTITUCIONAL Nº5, 1968). Estava legalizada a censura. *Realidade*, em abril de 1966, e “Um dia no cais” em setembro de 1968, circularam antes do advento deste decreto, considerado o pior da ditadura militar, desencadeador do período que ficou conhecido como “anos de chumbo”. Entretanto, é impossível desconsiderar a influência do regime tanto na revista como no texto em questão. A ditadura militar, mesmo antes do referido decreto, criava mecanismos para fortalecer a censura, que já “estava incluída entre as medidas que poderiam ser adotadas, se necessárias, para a defesa [do regime]” (SOARES, 1989, p. 21). A própria *Realidade*, para servir de exemplo, mesmo antes do AI-5 já se via censurada.

Ao lançar seu 10º número, em janeiro de 1967, a publicação apresentou a edição especial A Mulher Brasileira Hoje, sobre a evolução do comportamento feminino. Apresentou as chamadas de capa: “Pesquisa: O que elas pensam e querem”, “Confissões de uma moça livre”, “Ciência: O corpo feminino”, “Eu me orgulho de ser mãe solteira”, “Por que a mulher é superior” e “Assista a um parto até o fim”. Alegaram que o conteúdo da publicação ofendia a moral e os bons costumes, a infância e a juventude. Os organismos públicos respaldaram-se no Artigo 53 da Lei nº 2.083 que dizia: “A educação sexual compete aos pais, não a estranhos” (COSTA, 2009, p. 2-3)

O cenário de disputa entre imprensa e Estado era parte do ar que se respirava no censurado Brasil da ditadura militar. E, se antes do advento do AI-5 já se vivia este clima, depois dele jornalistas e censores dividiram redações. E *Realidade* foi parte integrante da luta de resistência; principalmente durante os seus primeiros três anos de circulação, que são conhecidos como o seu período de ouro. “A revista diferenciou-se por enquadrar os assuntos mais pertinentes deste período

por intermédio de uma linguagem sofisticada, amparada por uma forte carga autoral, capaz de transmitir o clima de liberdade que havia nos bastidores da redação” (MORAES; IJUM, 2009). A postura não foi de confronto, mas de criatividade. A revista destacou-se por driblar e escapar da censura sem precisar confrontá-la diretamente. *Realidade*

[...] não reformou o mundo nem desafiou, diretamente, governos. Mas ajudou e influenciou na mudança de costumes no Brasil. Foi irreverente e contestadora. Fazia um jornalismo que não se conformava com a verdade oficial, que procurava olhar os vários lados possíveis de um mesmo tema [...] E seu texto, claro, não tinha o tom urgente da matéria, mas a calma da observação meticulosa. (MARÃO; RIBEIRO, 2010, p. 23)

É por isso que

[...] a revista *Realidade* é um marco na história do jornalismo brasileiro. Sob qualquer ângulo que possa ser estudada, a publicação da Editora Abril, lançada em 1966 e produzida durante 10 anos consecutivos, representa para os profissionais da imprensa e para os estudiosos da vida cultural brasileira um momento obrigatório de referência, tanto pela abrangência dos temas que reportou como pela forma como o fez. (FARO, 1999, p. 13)

No seu triênio de ouro, quem produziu e escreveu *Realidade* foi a mesma equipe que a idealizou e criou. A postura criativa e inovadora passou para a história como referência de um jornalismo possível em um período em que era preciso resistir. E o sucesso editorial da publicação, que circulou por mais sete anos, além das supostas perdas de algumas das características que lhe deram destaque, formam, em conjunto, indícios de outro aspecto fundante da ditadura militar: a força e a instituição de um mercado, semente de uma indústria cultural. Ou, para usar um conceito estabelecido, o que viria a ser a *censura econômica*.³ Nesse sentido, utilizando-se de um projeto de orientação para que se instituísse

³ *Realidade* era uma publicação que, em suas inovações, importava-se não só com o jornalismo, mas também com a qualidade textual daquilo que vinha publicado em suas edições (e por isso não são raros os estudos que atrelam *Realidade* ao New Journalism norte-americano. O desenvolvimento dessa indústria cultural, portanto, afetava a revista. No momento da ebulição de um mercado

uma expressão ideológica à cultura, o Estado “impedia um tipo de orientação, a de conteúdo ideológico de esquerda, ou aquilo que assim lhe parecesse, mas incentivava outro, aquele que pregava a Pátria, Deus, a moral, as tradições e os bons costumes” (PELLEGRINI, 2008, p. 40). Assim,

[...] textos específicos foram censurados, mas não a sua produção geral, que cresceu e se firmou, amparada pelo “projeto modernizador” do governo militar. Esse projeto, extremamente conservador, pois não visava beneficiar o conjunto da população, incluía a consolidação de um setor industrial moderno no país, de fato iniciado nos anos anteriores, do governo Juscelino, que incluía a crescente penetração, em nossa economia, de capitais externos associados às empresas nacionais. Passávamos a fazer parte de uma nova fase do capitalismo internacional, o capitalismo monopolista, que exigia a transferência das unidades industriais do centro para a periferia. Nesse contexto, a cultura foi gradativamente se adequando a essa “modernização”, desenvolvendo-se como uma poderosa e sofisticada indústria, capaz de gerar lucros e benefícios, todavia para poucos. (ibid., p. 40)

No contexto dessa conjuntura, em 1975, instituía-se a Política Nacional de Cultura, que, ao mesmo tempo em que censurava publicações, incentivava a produção e a organização de cultura em moldes empresariais (PELLEGRINI, 2014, p. 155), o que progressivamente ia conferindo aos materiais culturais sua própria impressão de mercadoria e produto. Assim, “[...] os interesses gerais do Estado e dos novos empresários da cultura tornaram-se os mesmos; [...] ao passo que a formação e o fortalecimento de um mercado integrado passaram a ser parte significativa da nova estrutura econômica que se desenvolveu no país” (PELLEGRINI, 2008, p. 41). E o resultado desse movimento, para a literatura, em último momento, é o que se vê no mercado editorial de hoje, em que a produção e a prensa em produzir literatura, se dão em elevado grau.

No jornalismo, como se pode empreender, não foi diferente.

produtor de cultura, é preciso também considerar a adaptação do discurso ao mercado. Quem quer falar e ser ouvido naquele contexto precisa saber jogar o jogo que está para começar. É o que passa a valer. Eis a *censura econômica* em ação, em pleno momento de resistência.

A Editora Abril também soube, em termos comerciais, aproveitar a oportunidade que estava surgindo: novos produtos e hábitos precisavam de uma publicação com credibilidade para veicular suas mensagens de venda. Era o moderno capitalismo, baseado no consumo, que estava começando no Brasil. Enfim, *Realidade* era uma revista muito rentável, apenas com anúncios e vendas em bancas. (MARÃO; RIBEIRO, 2010, p. 34)

A história de *Realidade* inicia-se justamente com a percepção de que havia uma necessidade e uma oportunidade apresentada no mercado editorial. O que seus idealizadores intencionavam é que a revista fosse um sucesso de vendas e trouxesse lucro à editora. Apesar de importante e inovadora, *Realidade* foi pensada para desenvolver-se no contexto de uma indústria cultural brasileira que, como já vimos, começava a ganhar força pelos idos das décadas de 1960 e 1970. O desejo por trás da criação da revista, ainda que tenha sido combativa no futuro, não se parecia com a proposição interventora de João Antônio, mas era um reflexo do mercado. Os diretores da Editora Abril perceberam uma oportunidade de criar uma revista semanal que tratasse de temas do cotidiano e fosse capaz de rivalizar com os grandes sucessos editoriais do momento, a revista *O Cruzeiro* e a revista *Manchete*, lançadas, respectivamente, em 1928 e 1952, e então apontaram seus esforços para suprir essa necessidade mercadológica. Nessa mesma época, início dos anos de 1960, mas já depois do golpe militar de 1964, *O Estado de S. Paulo*, nessa mesma linha de novas publicações, tinha a intenção de lançar um vespertino mais leve, que também respondesse a uma necessidade do mercado editorial – que acabou por ser *O Jornal da Tarde*. Esse desejo, aliado ao da Editora Abril, acabou por criar um movimento de aumento de salários na profissão; coisa que foi capaz de segurar os melhores profissionais na imprensa. Antes disso, “os salários eram tão baixos que os bons iam logo para advocacia, a publicidade, a política ou cargos de direção. Sobravam os jovens, com o entusiasmo e os sonhos, mas mesmo esses, se não fossem bem pagos, mudariam de profissão” (MARÃO; RIBEIRO, 2010, p. 24).

Evidente que o contexto político atuava de maneira decisiva nesse processo. Num regime ditatorial ainda em construção, embora já deflagrado, os jornalistas tateavam com cautela o que poderia e o que não poderia ser dito. E na equipe que produzia e redigia *Realidade* o que se enxergava era justamente uma preocupação com o tipo de reportagem que deveriam e poderiam publicar a esse

respeito. O principal questionamento se dava na escolha entre matérias que fossem capazes de mostrar ao leitor as perdas e os cerceamentos que o Estado havia lhes imposto, ou textos leves, de fácil compreensão. “Alguns, na equipe, já faziam parte de organizações políticas, preocupados em lutar com o regime militar que, por essa época, estava em uma fase menos feroz. Mas os demais, dentro da equipe, não sabiam claramente desse engajamento” (ibid., 2010, p. 26). A revista não se propôs, todavia, a enfrentar a ditadura de maneira direta, tendo no confronto explícito o seu objetivo principal, em contrapartida, usou da credibilidade que adquiriu ao longo das edições, para reformar e auxiliar a sociedade brasileira no desenvolvimento e aceitação de costumes que hoje podem ser tidos por comuns, mas que à época eram contestadores por si só. *Realidade* tratou de sexo, de relacionamentos, da igualdade de direitos das mulheres, das mazelas no Sistema Público de Saúde e de outros assuntos com o que, de fato, era sua principal característica: criatividade.

– Mas, se for bem bolada, passa na pauta. Se for bem escrita, bem envenenada, sai publicada.

– É, mas não dá pra dizer que o Brasil é uma ditadura.

– Mas dá pra fazer uma matéria no Paraguai, com a ditadura do Stroessner. A comparação vai ser direta.

Rapidamente, com raciocínios como esse, ficou afinado o espírito da revista. A conversa ia para a qualidade e originalidade dos textos e temas, da necessidade de fazer um jornalismo criativo, diferente das velhas fórmulas, que pudesse comunicar e conquistar o leitor. Um leitor corretamente informado teria mais consciência, seria mais crítico (MARÃO; RIBEIRO, 2010, p. 27).

Esse era o principal trunfo de uma revista que proporia, a si mesma, a diferença. E essa é a constatação de que *Realidade* tinha em seu projeto, em sua maneira de fazer reportagem, apesar de sua criação voltada ao mercado, uma grande proximidade com o que João Antônio entendia ser o grande objetivo da literatura brasileira. Um e outro, unidos numa única proposta; a revista ao jornalismo e o autor à literatura, ao cinema, ao teatro e (também) ao jornalismo – porque apesar de se tratar de ensaio no qual expõe o seu entendimento do que era fazer literatura corretamente, no “Corpo-a-corpo com a vida” o autor

também faz menção a essas outras modalidades, como que em comum necessidade de atuação social.

Quando estiveram juntos, já no final do primeiro triênio de *Realidade* (João Antônio publicou seu primeiro texto na revista em setembro de 1967 e foram sete, ao todo, seus textos para *Realidade*), estavam unidas a oportunidade, conferida pela publicação aos autores que tivessem algo diferente para falar, e a vontade de João Antônio de retratar e interferir no cotidiano da camada mais pobre de nossa sociedade. E mesmo que seu “Corpo-a-corpo com a vida” ainda não tivesse sido publicado, o projeto literário descrito anos depois já estava sendo posto em prática em suas obras. “Assim, pode-se falar no que João Antônio pensa ser a função, tanto da imprensa quanto da literatura e demais artes, a necessidade de uma densidade crítica com relação ao fato social brasileiro” (SILVA, 2016, p. 468). João Antônio pretendia que o jornalismo – e a arte – fosse atuante. Entendia, portanto, que era responsabilidade dos jornalistas atuar em melhoria do Brasil real, do povo. E para isso depositava naquilo a que nomeou imprensa nanica⁴ sua principal esperança:

Enquanto a grande imprensa, bem omissa e comportada, dona da verdade e Joana das Regras – como atualmente a chamaria o senhor pingente Afonso Henriques de Lima Barreto – vai comendo o doce e morno pão dos omissos e nem pergunta de onde lhe vem tanto pão, a verdade é que os *nanicos*, também chamados *marginais*, vão mandando bala, levando as melhores pistas e, principalmente, usando um poder que o jornalismo realmente deve ter quando conduzido à condição de imprensa – indagar, questionar, duvidar, abrir para o diálogo e para o debate. (ANTÔNIO, 1975b, p. 9, apud SILVA, 2016, p. 468 - 469)

“A grande imprensa, para João Antônio, cumpriria um papel danoso, vinculado à mistificação e à complacência com o poder, o que obscurecia a experiência popular e as precárias condição de vida dos pobres” (SILVA, 2016, p. 469) e, portanto, era o avesso do seu entendimento de correta atuação do jornalismo e da literatura. *Realidade* e João Antônio, conforme vimos, unidos em um propósito de corpo-a-corpo com a realidade do povo brasileiro: os personagens da revis-

4 Esse apelido surgiu no artigo publicado em *O Pasquim*, em 1975, intitulado “Aviso aos nanicos” (ANTÔNIO, 1975b).

ta, como os do autor em sua literatura, “eram gente comum, nos quais o leitor podia se projetar” (MARÃO; RIBEIRO, 2010, p. 31). A revista é um dos mais importantes exemplos dessa imprensa nanica de que João Antônio tanto gostava e intencionava alterar a realidade do típico brasileiro comum.

O surgimento (e desenvolvimento) do próprio João Antônio, assim como o que vimos em *Realidade*, se dá no olho desse furacão de mercado editorial e ditadura militar. Em 1963, um só ano antes do golpe, João Antônio publica *Malagueta, perus e bacanaço*, seu primeiro livro de contos, e já com ele conquista os prêmios Jabuti de “melhor livro de contos” e de “autor revelação”. E do segundo livro em diante, em qualquer autor que se queira analisar, já se pode depreender alguma influência do mercado editorial. Na primeira publicação, ainda livre da pressão de editoras e cifras, o autor pode escrever sem um *deadline* (para ficar no mais simples dos exemplos); do segundo em diante, principalmente se o primeiro foi um sucesso de vendas e se já há um compromisso com alguma editora, não mais. E “Um dia no cais”, a despeito dessa condição, bebe ainda de um outro processo de criação, diretamente ligado à indústria cultural: a literatura (ou jornalismo?) por encomenda. Clarice Lispector, certa vez, falou sobre sua relação com o mercado editorial:

O poeta Álvaro Pacheco, meu editor na Artenova, me encomendou três histórias que, disse ele, realmente aconteceram. Os fatos eu tinha, faltava a imaginação. E era assunto perigoso. Respondi-lhe que não sabia fazer história de encomenda. Mas enquanto ele me falava ao telefone – eu já sentia nascer em mim a inspiração. A conversa telefônica foi na sexta-feira. Comecei no sábado. No domingo de manhã as três histórias estavam prontas: “Miss Algrave”, “O corvo” e “Via Crucis”. Eu mesma espantada. Todas as histórias deste livro são contundentes. E quem mais sofreu fui eu mesma. Fiquei chocada com a realidade. Se há indecências nas histórias a culpa não é minha. Inútil dizer que não aconteceram comigo, com minha família e com meus amigos. Como é que sei? Sabendo. Artistas sabem de coisas. Quero apenas avisar que não escrevo por dinheiro e sim por impulso. Vão me jogar pedras. Pouco me importa. Não sou de brincadeiras, sou mulher séria. Além do mais tratava-se de um desafio. (LISPECTOR, 1974, p. 9-10)

E das muitas questões que se levantam quando se trata da literatura em contato com a indústria cultural, perguntas tais como se é menor, se a habilidade do escritor se revela, se a encomenda gera baixa ou alta literatura, ou outras tantas quantas forem possíveis, este estudo não pretende responder nenhuma. A defesa de Clarice, portanto, a nós só serve como justificativa da prática da encomenda, parte integrante, também, de “Um dia no cais”. A única coisa que se pretende atestar, e que no caso está aqui em análise, é a possibilidade de relação dessa mesma indústria cultural (no que tange ao próprio autor, à publicação e ao regime) com o advento da categoria “conto-reportagem”, que surgiu com “Um dia no cais”. Assim, se considerarmos que tratamos de um contista de sucesso, de uma publicação também de sucesso, de um mercado editorial efervescente e de um regime ditatorial ao qual se empreendia combate, temos um caminho para entender que tenha sido batizado “conto-reportagem”, quando, pelo que se pode ver em análises mais completas e de maior fôlego,⁵ é conto.

O rótulo que *Realidade* precisava para que João Antônio entregasse ao público um “produto” novo, de qualidade e com caráter de novidade.

Nem conto, nem reportagem. Os editores para quem trabalho entenderam finalmente que eu sou escritor, mais que qualquer outra coisa. Assim, resolveram me fazer uma generosa concessão, me dar uma *colher-de-chá!* Passei um mês no cais do pôrto de Santos, fiz a matéria. Mas é matéria jornalística, e por isso estará morta antes do próximo número da revista. O que se escreve para jornal ou revista não dura, não subsiste, é o contrário da boa literatura. [...]. Para escrever alguma coisa decente e válida sobre o cais do pôrto de Santos, era preciso que eu vivesse lá durante pelo menos uns dois anos. E eu fiquei exatamente a vigésima quarta parte disso. (ANTÔNIO, 1968b, p. 6)

Uma “colher de chá”. Com essa resposta João Antônio se esquivava da polêmica, mas comete um equívoco. Se dissesse que é conto, tiraria de si e da revista na qual publicou todo o estatuto de verdade de que eram credores na função repórter/publicação jornalística, e não poderia cometer tal deslize – está aí sua fuga. Não poderia também negar que é literatura, uma vez que isso seria como

5 As correlações entre as teorias do conto e “Um dia no cais” são postas à prova em LOPES, 2017a, bem como aquelas que poderiam atrelar o texto à reportagem e ao jornalismo.

negar sua própria arte – e está aí o seu equívoco. Para não admitir que é conto, diz que não é conto nem reportagem, e que para escrever algo “decente”, que passasse pelo crivo do tempo (uma das acepções mais comuns da definição, sempre complexa, do que seja boa e má literatura), diz que precisaria de mais tempo no cais de Santos.

Conclusões: “Viver de literatura”

O acervo pessoal de João Antônio, mantido na Universidade Estadual Paulista – Unesp, no *campus* de Assis, no interior de São Paulo, é fonte primária de consulta sobre a vida e a obra do autor. Nesse acervo, em que são mantidas algumas séries de correspondências de João Antônio, há uma carta enviada por ele a Ilka Brunhilde – escritora e correspondente constante do autor – em que João Antônio conta bastidores de quando trabalhava em *Realidade*: “Ilka, uma equipe da Editôra, inaugurará um caso inédito no Brasil. Eu, João Antônio, serei pago para escrever apenas literatura. E conto, apenas conto. Viverei profissionalmente de minha literatura” (ANTÔNIO, 1964, p.1). A confissão de João Antônio, depois da análise pela qual passamos, deixa ainda mais claro que o conto-reportagem, supostamente inaugural de um gênero de *Realidade* e do autor, é, na verdade, um reflexo de vários elementos confluentes; entre eles a obra do autor e sua intenção interventora, claro, assim como a própria revista, permissiva e combativa, mas também, em igual medida, a atuação de uma incipiente industrial cultural brasileira.

Enquanto eu estava no cais, faz poucos dias, eu me perguntava: – O que é que você faz aqui? Se aquilo não era uma reportagem, nem um artigo, nem um ensaio redacional ou fotográfico. Aquilo era um rio de contos, de novelas, um painel. Do mundo. [...] quando voltei, na redação de *Realidade* havia uma reunião (Sérgio de Souza, Luís Fernando Mercadante, Paulo Patarra e Roberto Freire e Woile Guimarães) para decidir isto – eu iria escrever contos. E só. [...] inauguro no mês de junho de 1968, aos trinta e um anos de idade, algo cheio de medo, espero merecer. Vou viver de literatura. (ANTÔNIO, 1964, p.2)

João Antônio escreveu sete textos em *Realidade*. A reunião a que ele se refere no trecho destacado aconteceu logo que voltara do cais de Santos. O “Um dia no cais” foi publicado em setembro de 1968, na edição de número 30 da revista. Mais do que a classificação supostamente inédita, a força do conto de João Antônio, como toda sua literatura, está no confronto social exposto por ele. Texto que tinha como missão o levante de um povo; o verdadeiro povo brasileiro. Um “rio de contos”, como disse o autor à sua amiga.

O “Um dia no cais”, literatura que se discute até hoje, encontrou em um veículo jornalístico o caminho para sua publicação. Encontrou em *Realidade* e no contexto da época a melhor maneira de ser. Uma confluência de dois por um; este um, um rótulo.

A força de “Um dia no cais”, marca característica de João Antônio, transcende a categorização que lhe foi atribuída e está no tema e no tratamento a ele direcionado mais que na forma do texto. Naqueles temas abordados na primeira história, de fato, mas também e principalmente nos temas da segunda história, de Ricardo Piglia, força maior de seu texto, escondida em seu conto e em sua postura propositiva por um país mais justo. (LOPES, 2017b, p. 75)

Referências

- ANTÔNIO, João. Série Correspondência João Antônio. Fundo João Antônio, Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP-UNESP), Correspondência Ilka Brunhilde Laurito e João Antônio (ativa e passiva). Caixa 2 (Exemplares correspondência ativa). 14 jun. 1964, p.1-2.
- ANTÔNIO, João. João Antônio, ou a hora e a vez do anti-herói. *Suplemento Literário de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 3, n. 110, p. 6, out. 1968b.
- ANTÔNIO, João. Corpo-a-corpo com a vida. In *Malhação do Judas carioca*. Rio de Janeiro: Record, 1975a, p. 141-151.
- ANTÔNIO, João. Aviso aos nanicos. *Pasquim*, Rio de Janeiro, n. 318, 1-7 ago., p. 9, 1975b.
- ATO INSTITUCIONAL Nº5, 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 13 abr. 2018.
- COSTA, Valmir. Sexo lacrado: o controle político no jornalismo erótico (1964-82). Projeto História. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 35, n. 2, 2009.
- FARO, José Salvador. *Revista Realidade, 1966 – 1968: tempo da reportagem na imprensa brasileira*. Porto Alegre: ULBRA, 1999.
- JORGE, Thais de Mendonça; BARROS, Bruna Renata Cavalcante de. Repórter-marginal: o Novo Jornalismo no Brasil e a produção de João Antônio na revista Realidade, entre 1966 e 1968. Unicentro, 2011. 8º ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, Guarapuava – PR. Anais.... Disponível em: <. Acesso em: 13 jul. 2018.
- LISPECTOR, Clarice. *A via crucis do corpo*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.
- LOPES, L.d.O. Literatura e jornalismo: uma análise de “Um dia no cais”, de João Antônio. Dissertação (Dissertação em Estudos de Literatura) – Centro de Ciências da Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, p. 145, 2017a.
- LOPES, L.d.O. A desordem em “Um dia no cais”, de João Antônio: categorização, postura e proposta em favor de um povo. *Cenários*, v. 1, n. 15, p. 46-78, 2017b.
- MARÃO, José Carlos; RIBEIRO, José Hamilton. *Realidade re-vista*. Santos: Realejo, 2010.
- MORAES, Vaniucha; IJUM, Jorge Kanehide. Jornalismo de profundidade: o jornalismo literário de Realidade (1996 – 1968). Universidade de São Paulo, 2009. Publicação Acadêmica de Estudos sobre Jornalismo e Comunicação. Disponível em: <≥. Acesso em: 15 abr. 2018.
- PELLEGRINI, T. Brasil, anos 70: literatura e política. *Teoria & Pesquisa*, São Carlos, n.5, p. 1-24, 1993.
- PELLEGRINI, T. *Despropósitos: estudos de ficção brasileira contemporânea*. São Paulo: Annablume, 2008.
- PELLEGRINI, T. Relíquias da casa velha: literatura e ditadura militar, 50 anos depois. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, v. 43, p. 151-178, 2014.

SILVA, J. C. B. João Antônio e seu projeto literário: corpo-a-corpo com o Brasil? XI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA LITERATURA, 11, 2015, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: EDIPCURS, 2015, p. 1-9.

SILVA, J. C. B. A imprensa alternativa e o projeto literário de João Antônio. ENCONTRO DO CEDAP. ACERVOS DE INTELLECTUAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS, 8., 2016, Assis. Anais... São Paulo: Unesp, 2016, p. 457-479

SOARES, G. A. D. A censura durante o regime autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 21-43, jun. 1989.